

*Economia-
Brasil*

Atraso Fatal

12 JUN 2000

Não é possível que a economia brasileira continue indefinidamente a conviver com tributos que consomem 37% do Produto Interno Bruto. O efeito cascata dos impostos funciona como desincentivo à atividade empresarial, eleva os custos industriais e encarece o produto final para os consumidores. Diante de sintomas tão funestos, quem tem medo da reforma tributária? Por que o tema não avança na pauta do Congresso? Dizem os empresários que a responsabilidade é do governo federal, que não admite perder receita a partir do redesenho da estrutura de impostos. Para o setor produtivo, o Planalto faz jogo de cena e, na verdade, quer manter os atuais níveis de arrecadação. Já o ministro da Fazenda, Pedro Malan, garante que, se a reforma tributária não avança, os culpados são o empresariado e o Congresso. "A responsabilidade pelo fato de o processo não estar caminhando deve ser buscada nos que insistem no detalhamento da norma constitucional", diz Malan.

Trata-se de uma discussão de surdos. O governo não admite incluir na reforma tributária o fim da cobrança em cascata das contribuições sociais e de impostos cumulativos (PIS, Cofins e CPMF). Considera que este tema não deve ser objeto da emenda constitucional. Eis a justificativa de Malan: "Não é razoável que se procure engessar na Constituição uma questão na qual o país deve manter a sua capa-

cidade de adaptação aos novos tempos". Os empresários, por seu turno, não vêem luz no horizonte no caso de o efeito cumulativo dos impostos ser mantido. Consideram uma questão de sobrevivência e exigem garantia constitucional nesse sentido. Em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, Carlos Carneiro Costa, presidente da Construtora Líder, resumiu com exatidão o sentimento de revolta da iniciativa privada: "Pagamos mais de 50 tributos e cerca de 40% do que se produz fica com o governo. Não estamos mais na época do Brasil Colônia".

Cada um defende seu interesse e o impasse está criado. Perde-se tempo precioso. E a reforma tributária não sai do papel. No Congresso, não há mais dúvida quanto ao calendário: a reforma não será votada no primeiro semestre, e certamente só voltará à agenda depois das eleições de outubro. O deputado Delfim Netto não esconde seu pessimismo: "Vamos fazer a missa de sétimo dia porque a reforma já morreu". A queda-de-braço em torno do efeito cascata nos impostos vai adiar a votação para 2001. Como não é possível alterar a essência dos tributos durante o exercício fiscal, os novos impostos teriam eficácia somente em 2002, no último ano do governo Fernando Henrique. Ou seja, exatamente porque ninguém quer sair perdendo, sairá perdendo o país, com a sobrevivência de uma estrutura tributária injusta econômica e socialmente.

JORNAL DO BRASIL